

## BRASIL-CHINA FRENTE A SITUAÇÃO ESTRATÉGICA EM 2005 E AS TRANSFORMAÇÕES NA SEGURANÇA INTERNACIONAL<sup>1</sup>

*Jorge Calvario dos Santos, D Sc*

A história da humanidade tem sido caracterizada por uma sucessão de crises. A crise generalizada que atinge o mundo neste início de século não é um fato insólito ou singular. As transformações decorrentes atingem fortemente as estruturas política, econômica e cultural dos Estados Nacionais.

O mundo, neste momento histórico, vive uma das mais difíceis e sofridas fases da evolução humana, consequência da hegemonia de uma civilização em seu ápice, de uma cultura do espaço, no momento de sua projeção sobre o mundo.

A época em que vivemos, foi denominada por Edgar Morin<sup>2</sup> de idade de ferro planetária. Denominação pertinente pois, desde há algum tempo, constatamos um processo de ocidentalização do mundo, onde é procurado instalar a globalização das idéias, pois que de modo geral, as idéias provém, quase todas, da mesma raiz, da mesma matriz de pensamento; a globalização pelas guerras, em sua maioria por razões culturais, mas que muitas vezes atendem a interesses pelo controle e acesso irrestrito aos recursos naturais não renováveis; a esperança da humanidade cedeu lugar à desesperança, pois perdeu-se a utopia, não mais existe referencial fixo que nos guie a um objetivo futuro; a globalização econômica que, padronizando o mundo, viabiliza o processo de interferência cultural que objetiva a subordinação das culturas mais frágeis; a virtualização do mundo que retira da pauta a realidade dos fatos, considerando sua versão como o próprio fato; a consolidação do pensamento e consciência única, que tornariam a humanidade semelhante ao protagonizado no Admirável Novo Mundo, de Aldous Huxley.

---

<sup>1</sup> Conferência apresentada no seminário Escola Superior de Guerra e Instituto Chinês de Estudos Estratégicos Internacionais, em 02 de junho de 2005, Rio de Janeiro

<sup>2</sup> Edgar Morin & Anne Brigitte Kern em Terra-Pátria, Ed. Sulina 1995

O observador mais atento, constata o esforço para a implantação de uma ética universal que nos conduz, a todos ao aprisionamento da dimensão cultural, essência e fator de unidade e que caracteriza cada uma das nações.

No final do século XX e nesse início de século XXI, tem se formado uma, jamais vista concentração de poder e riqueza. Como consequência direta, formou-se o monopólio das mais importantes decisões a nível mundial, bem como a busca à monopolização do conhecimento técnico-científico.

A diferença entre a crise atual e as que as precederam está no seu caráter maciço, na sua abrangência e simultaneidade universal, em que os agentes desestabilizadores atuam recorrentemente na totalidade do espaço geográfico, deixando ver o agravamento das contradições do sistema em meio à difusa movimentação horizontal e vertical de inúmeras variáveis, causando, não raro, perplexidades e sofrimento.

Em tais circunstâncias, nem sempre é percebido um fato fundamental: a concentração do poder decisório jamais vista, como decorrência da progressiva concentração do capital e do monopólio do conhecimento científico e tecnológico, contraposta à ilusão de sua democratização, cuja consequência, no plano teórico é a ideologia do fim das ideologias. Tal é o caso da ideologia de *O Fim da História*, de Francis Fukuyama, estabelecendo que o neoliberalismo seria o estágio final do desenvolvimento da sociedade humana.

Vivemos todos num sistema em estado de falência em seus próprios centros de comando e que pretende sobreviver pela monopolização das decisões, com base na lei de sobrevivência do mais forte. Isto é, implantando-se um jogo cuja regra básica é que todos transfiram recursos de toda ordem, para poucos. Isso, porque os países mais industrializados e ricos, assumem o direito de legislar sobre os interesses e soberania dos demais Estados, julgando-se "única forma de salvação da humanidade". Todavia, essa falência pode significar a fase final de transformações qualitativas que denunciam o "Fim da História" exatamente para aquele sistema condenado à própria história que pretende ser, ele próprio o fim da história.

É a violência sob os mais científicos métodos para chegar à dominação hegemônica de um só. Esse, o produto final da sociedade industrial, que não tem como objetivo principal o homem, mas que sob a ótica da maximização do lucro e da eficiência se complicou com a pulverização da divisão social do trabalho, da excessiva subdivisão de classes sociais, da geração do poder burocrático e tecnocrático tanto no setor público como no setor privado. Para o atendimento da consolidação do poder decisório centralizado, no qual a tecnologia é fator preponderante, a sociedade industrial não eliminou os conflitos de classe nem entre o capital e o trabalho.

De fato, diversificaram-se a natureza e a força dos conflitos, dissimulados na suposta divisão do poder decisório. Tem-se a tecnologia como fator principal, frente ao qual capital e trabalho, como antagonismos sociais, têm uma nova face: desemprego e tecnologia, saber e ignorância, pobreza e concentração da riqueza, com suas graves conseqüências.

O entendimento da crise atual, que coloca o Estado Nacional Soberano no centro, só pode ser alcançado ao se conseguir estabelecer o nexos causal entre Poder e Ideologia; Ideologia e Cultura; Poder e Cultura; Ideologia e Técnica; Divisão Social do Trabalho e Poder.

Atualmente, George W. Bush, dá continuidade à proposta de seu pai, ao projetar sobre o mundo as Forças Armadas estadunidenses, pregando a luta do Bem que diz representar, contra o Mal. Para tanto, usa o argumento de levar democracia aos países que, segundo seus propósitos, não são democráticos.

O mundo, nessa nova ordem, vive em permanente instabilidade. Toda nova ordem mundial encerra em si, uma pretensão de ser permanente. A Paz de Westfália durou 150 anos, o sistema internacional decidido no Congresso de Viena durou 100 anos, a ordem caracterizada pela Guerra Fria durou 40 anos. Como vemos, as ordens mundiais têm durado cada vez menos, apesar de suas aspirações de eternização.

No século XXI, a tecnologia predomina fortemente, mas sem perder o componente ideológico. Ideologia que combate o Estado Nacional soberano; que defende a falsa competição econômica em lugar da cooperação; que defende um sistema de economia política que transfere riqueza das nações pobres para as nações ricas; onde o ser humano é posto à margem e não no centro do processo.

Como a ideologia de todas as ideologias, o processo de consolidação da hegemonia anglo-saxônica busca perpetuar o predomínio dos mais fortes sobre os mais fracos. Procura manter as nações periféricas como fornecedoras de *commodities* e matérias-primas, em benefício das mais industrializadas e desenvolvidas.

A estrutura que sustenta a nova ordem, ou a modernidade, é apoiada por gigantesco acervo de conhecimento técnico e científico, mas que restringe o acesso, a cada indivíduo, a apenas o que é determinado pelo sistema. Mesmo nessas condições de trabalho, de aprendizado e de realização, o indivíduo tem a sensação de felicidade. Isto, porque ele, desde o nascimento, foi condicionado, sendo-lhe a satisfação e a felicidade proporcionada, como diz Lorenz, por meios psicofarmacológicos.

Um aparato de dominação, possibilitado pela técnica e provido de um sistema de doutrinas, tende, em função do tempo, a desenvolver mecanismos próprios destinados a eliminar qualquer reação.

Por via de conseqüência, as nações ficam vulneráveis, o Estado é desprezado, as reais insatisfações das populações crescem, ficam fora de controle e os governos tornam-se frágeis para conduzir e construir o futuro dos países.

Por país, que podemos entender, como sendo uma dialética entre duas dimensões. Uma dimensão espaço e uma dimensão cultura. A dimensão espaço faz-se representada por uma área geográfica delimitada, de soberania política. A dimensão cultura faz-se representada pela área cultural, mais ou menos homogênea, não delimitada. Como é a cultura a responsável pela unidade nacional, percebe-se sua fundamental importância para a soberania e sobrevivência da nação.

Isso também mostra porque a dimensão cultural é a mais importante das determinantes sociais a longo prazo, ainda que possam existir ou persistir uma indeterminação quanto ao exato momento em que a cultura é determinante para a evolução ou dissolução das nações.

Entretanto, isso nos leva à uma questão que entendo essencial, e que se faz necessário esclarecer. Aquilo que está oculto nas transformações que vêm ocorrendo no mundo. É a dualidade identidade nacional ou identidade cultural e modernidade ou nova ordem.

Essa dualidade nos conduz, a todos, a um impasse: ou nos modernizamos e deixamos de ser o que somos ou nos mantemos como somos e não nos modernizamos. Este é um impasse que traz profundas conseqüências e por isso gostaria de tecer algumas considerações.

Trata-se da insistência generalizada na afirmação de que a modernidade mencionada constituiria para nós, brasileiros e chineses, um paradigma, um novo e promissor paradigma. Na minha opinião, para se entender a problemática de nossos países, faz-se necessário perceber modernidade, não como nos é transmitido, como um novo paradigma, mas como o velamento de um paradigma. É de fato algo que tem a ver com o paradigma, mas não com o paradigma propriamente dito, e sim com a sua ocultação.

Todos concordam em caminhar em direção à modernidade no sentido da busca do domínio do universo científico-tecnológico, tão necessário e fundamental para o atendimento das necessidades da humanidade. Todos concordam em que, se não tivermos os meios proporcionados pela ciência e pela técnica, vamos acabar sendo dominados, ainda muito mais do que já somos, pelas culturas centrais e possuidoras de amplo domínio técnico e científico. Por isso, todos queremos nos modernizar. Não há quem não o queira.

Com relação à função da cultura na nação, faz-se necessário quebrar a dualidade, ora política, ora econômica que impede a compreensão em profundidade do processo histórico de longo curso em

que estamos, todos nós, visceral e dramaticamente envolvidos e que coloca a intelectualidade, que está preocupada com o futuro de nossos países, em profunda depressão; a necessidade de adequar o pensamento estratégico à nossa realidade, portanto à nossa cultura. Estamos tratando dos inúmeros e intermináveis conflitos armados proliferando por todo o mundo.

Conflitos que, nas palavras de Xie Wenqing, (Wenqing, 2004) são motivados por fatores como contradições nacionais e religiosas, disputas territoriais e por recursos, luta pelo poder e intervenção externa, hegemonia e poder político. Estes fatores, ainda que presentes, refletem o fundo eminentemente cultural de tais conflitos e que não pode ser mais elidido.

Para que se tenha uma idéia um pouco mais precisa, sobre esse assunto, vale a pena comparar uma sociedade desenvolvida, uma sociedade de centro, hegemônica, com uma sociedade periférica. Uma sociedade desenvolvida, de centro, necessariamente possui esses três aspectos de uma forma bem articulada. Ela precisa ter uma solidez cultural, ela tem um dinamismo econômico e essas duas dimensões vão encontrar um balanço ou uma composição dialética ao nível do político.

Quando comparamos essa sociedade com uma sociedade periférica como a nossa, o que é que vamos encontrar. Vamos ver que o lado econômico dessa sociedade periférica é que recebe uma influencia muito grande do econômico do centro. Então o que é que acontece? Nessa sociedade periférica a atividade econômica passa a ter um dinamismo maior do que a cultura permitiria. Porque começa a haver um processo de acumulação de capital, de aumento de produtividade em determinado setor, exigências de qualidade para atender inclusive as demandas do centro, então o setor econômico recebe um dinamismo que é induzido de fora.

De certa forma tal setor se torna a faceta mais desenvolvida do país subdesenvolvido. É exatamente o econômico que é mais desenvolvido. Isso cria um problema muito grave porque não tendo uma consistência cultural a sociedade não tem uma dimensão sócio-cultural que suporte aquele dinamismo. E o que acontece, a cultura deixa de ter essa função de unificação da sociedade. Ela é que passa a receber a influência desagregadora do econômico. Ela passa a ser função do econômico. Então não há como fazer uma composição dialética a nível do político porque o econômico prepondera sobre o cultural. Então o que acontece? A política passa a ser puro reflexo dos interesses econômicos. Isso cabe exatamente no esquema marxista de infraestrutura econômica e superestrutura cultural. Isso mostra bem o que é a condição de subdesenvolvimento. Ela é uma degradação porque, a rigor, é toda a sociedade periférica que passa a ser parte da economia

do país de centro. Então isso é uma degradação. Um país subdesenvolvido não é o desenvolvido num estágio anterior ou em menor tamanho ou coisas desse tipo. É uma degradação ontológica porque todo o seu ser que passa a ser parte do ser econômico do outro.

Assim, podemos facilmente compreender que não se pode sair dessa situação sem um reforço do cultural. É a partir do cultural que se pode restabelecer a força da identidade, a coesão social, para contrabalançar o dinamismo econômico induzido para então ter uma composição a nível político e que o político não seja apenas um reforço da dominação econômica. Isso é mais do que claro e deixa bastante flagrante porque é importante ocultar a dimensão cultural da sociedade. Em suma, sem cultura não há salvação (Sampaio,1993).

Reduzidos apenas às suas dimensões política e econômica, o homem e a sociedade se vêem irremediavelmente mutilados nas suas essências e, por conseguinte, nas suas potencialidades realizadoras. Acreditamos também que a ênfase que aqui será dada aos determinantes lógico-filosóficos pode se constituir, por si só, na mais fecunda estratégia, não só para compreensão da especificidade e significação da cultura mas igualmente para ulterior compreensão das outras duas dimensões do ser social: a econômica e a política, assim como da complexa trama que as articula.

Isso nos é importante para ressaltar o real valor da cultura como fator fundamental e essencial da unidade nacional tão atacada nos dias atuais e pouco percebida por todos. A preservação da cultura é questão de sobrevivência da nação como tal. Por isso, entendo que a dimensão cultural não é considerada quando se trata das questões de segurança internacional.

Com relação ao atentado de 11 de setembro de 2001, em Nova York e Washington, o Presidente George W. Bush qualificou o ataque terrorista contra o World Trade Center e o Pentágono, não como um ataque contra os Estados Unidos da América, mas um ataque contra a humanidade. Isso trouxe profundas conseqüências. Bush diferenciou aquele ataque terrorista de tantos outros ocorridos em diferentes locais do mundo e, assim, procurou pressionar outros países a participarem da “cruzada contra o mal” e justificar a cruzada militar que se seguiu, e que motivou as iniciativas para transformações na segurança internacional.

Terminou a Guerra Fria, mas o maniqueísmo continua. Divide-se o mundo entre o bem e o mal. Entre os que são e os que não são terroristas. É construída uma nova cruzada. A nova guerra santa faz visualizar os quatro cavaleiros do apocalipse. As vítimas inocentes dessa cruzada contra o terrorismo, identificado ou não, são consideradas como *efeitos colaterais*. A vida passa a não ter valor para os que não nasceram no solo dos que se propõem a erradicar o *mal*.

Em “A Arte da Guerra”, Sun Tzu, com sua milenar cultura chinesa, nos ensina que “se conhecermos o inimigo e a nós mesmo, seremos vitoriosos centenas de vezes, mas se isso não ocorrer, nossas batalhas serão contadas por nossas baixas”. Esse é um ensinamento fundamental mas, talvez pouco entendido ou interpretado segundo o modo de ver-o-mundo, que domina o pensamento na maioria dos países nos dias de hoje.

Quanto tratamos de tema tão sensível como o terrorismo, devemos nos lembrar das palavras de Sun Tzu, e conhecer a cultura, a história, as razões que motivam e, essencialmente, a honestidade de propósito dos que dizem querer, de fato, o fim do terrorismo, para que seja possível, terminar com ele, que talvez não agrade nem mesmo aos próprios terroristas.

Sob o ponto de vista histórico, conhecemos o terrorismo político, “criminoso” e cultural. O político pode ser de Estado e ideológico. O “criminoso”, assim o denomino por me faltar outro nome, refere-se ao praticado por bandidos, criminosos comuns. O cultural, aquele que considero relevante em termos de processo histórico, da convivência e relacionamento entre as nações. Assim sendo, nos interessa o terrorismo de motivação cultural, que entendo como principal agente de insegurança internacional.

O que vem sendo denominado como terrorismo internacional, por exemplo, àquele que tem sido designado de maneira metonímica<sup>3</sup> como Al Qaeda, não tem nenhuma pretensão política de estabelecer um Estado-nação. Seria mais adequado denominá-lo como terrorista. Terrorista de lide cultural ainda que lhe atribuam conotação política.

Sabemos que o terrorismo não se limita a atentados, seqüestros e mortes seletivas ou indiscriminadas. Ele também existe sob a forma de campanha de ódio ou demonização, sermões, literatura, artigos na imprensa, programas de rádio, cinema e televisão. Esse tipo de terrorismo procura atingir e conquistar mentes e corações dos indivíduos de modo a fazê-los pensar e agir como querem os promotores desse tipo de terror.

A esse respeito, Noam Chomsky nos diz que: *o terrorismo, como a maior parte das armas mortíferas, é, sobretudo, a arma dos poderosos. Quando se pretende o contrário, é unicamente porque os poderosos controlam igualmente os aparelhos ideológicos e culturais que permitem que o seu terror pareça outra coisa, e não terror* (Chomsky, 2001).

Walter Benjamin também ilustra bem este quadro quando diz que: *Não há documento da civilização que não seja também um documento da barbárie. E como ele próprio não está isento de barbárie também não*

---

<sup>3</sup> Significante que designa um objeto por uma palavra designativa de outro objeto que tem uma primeira relação de causa e efeito. Ex. bandeira por pátria.

*está o processo de transmissão cultural pelo qual ele cai das mãos de uma cultura nas de outra (Morin, 1995).*

Inegavelmente, estamos, neste início de século XXI, confortavelmente instalados, assistindo o terror da guerra e a guerra do terror, ainda que preocupados com os imprevisíveis (ou como sabemos, previsíveis) desdobramentos. Tudo isso, justificado pela vontade de imposição de uma vontade. Entretanto, entendo que se faz necessário voltarmos o pensamento para identificar a motivação dessa total insanidade ou para os fundamentos desse louco e irracional modo de ação, ainda que, em função de um processo que possui sua lógica.

A defrontação e, em muitos casos, a confrontação cultural exige ações decisivas que visem à proteção da cultura nacional. Este início de século XXI, caracterizado pela velocidade, favorece a tendência de desterritorialização das culturas mais frágeis.

A ausência de sustentação das bases de uma cultura é como uma sentença de morte. A cultura desaparece sem deixar vestígios. As sociedades perdem seus valores, a noção de solidariedade, desterritorializam-se e desagregam-se. No limite poderão consolidar-se novas unidades políticas que se constituirão com fronteiras políticas geográficas próprias no território em que se localiza a cultura confrontada. Isso significa a tendência à fragmentação e conseqüente dissolução nacional.

A projeção ou a imposição de uma cultura, como um todo, sobre outra só é viável, quando não existem mecanismos de defesa que possibilitem manter sua integridade. Por tal razão, as sociedades primitivas são as mais vulneráveis.

A interferência cultural tem sua ação predominantemente direcionada para a extrapolação da alma de um povo sobre outro, fundada no conteúdo de territorialidade das culturas. A tônica de territorialidade da cultura mostra a fundamental importância da nacionalidade que a ela é agregada. O território é imprescindível à cultura e possui com esta uma relação biunívoca. A cultura é essencial para a manutenção da integridade territorial o que, em parte, possibilita o seu vigor e sua criatividade.

Podemos considerar a interferência cultural como um instrumento da estratégia. Considerando estratégia uma arte, a interferência cultural é uma arma. Uma arma silenciosa e eficiente. Sendo as relações entre as nações predominantemente conflituosas e a pauta das discussões definidas pela geopolítica e pelos interesses nacionais, a interferência cultural é uma arma que transcende aos tempos de guerra. O que predomina de fato são os interesses das nações.

Sabemos que a cultura vem moldando os padrões de coesão, integração, desintegração e conflito ao longo do processo histórico. Não



é difícil constatar que a política mundial vem sendo configurada seguindo linhas culturais, ainda que se pretenda econômica. Ao se tratar de cultura, nessa abordagem, cabe trazer à lembrança Joseph Nye, quando afirma que existe um forte vínculo entre cultura e poder e que a existência desse vínculo é desconhecida por quase todos.

Quando, em 1987, a Assembléia Geral da ONU adotou uma resolução contra o terrorismo, Honduras se absteve e os Estados Unidos e Israel se opuseram. Por que se opuseram contra a resolução contra o terrorismo? Para Chomsky, isso ocorreu devido a um parágrafo da resolução que indicava que não se cogitava de por em discussão o direito dos povos de lutar contra regimes colonialistas ou contra ocupações militares.

Meses antes de morrer, o então Presidente da Síria Hafez Al Assad foi pressionado pelo ex-presidente Bill Clinton a ingressar numa campanha mundial contra organizações terroristas.

Acusado de financiar grupos terroristas no Oriente Médio, Al Assad demonstrou ânimo com o convite, mas colocou um obstáculo intransponível para os Estados Unidos da América. Queria uma definição universal de terrorismo que servisse não apenas para julgar a conduta de grupos mas também de Estados, em especial de Israel.

As divisões dicotômicas do mundo, entre o lado do bem e o lado do mal, igualam-se ao ridículo. O pensamento dos líderes terroristas e dos líderes da economia ocidental têm muita semelhança. As ações terroristas golpeiam, destroem e matam, tal qual as ações da tão falada *mão invisível*, responsável pela dita livre concorrência que leva desespero, destruição e morte de muitos.

A geopolítica nos alerta que quem dominar o *Heartland*, ou o coração da Eurásia, dominará o mundo. Os EUA já cercam a região, inclusive com a complacência Russa, formando um novo condomínio de poder e dominação. Entretanto, o cerco poderá inviabilizar o desenvolvimento da região além de comprometer a segurança da Rússia, da Índia e da China, como vos falei em nosso encontro anterior.

A economia do terror, sustentada pelo modo de produção próprio à modernidade, e o terrorismo islâmico são governados, ambos, pela mesma lógica. Por isso, as nações não industrializadas assistem e sofrem as conseqüências do terror da economia e da economia do terror que ocasiona graves e irreparáveis danos às sociedades periféricas.

Solidifica-se o pensamento único como modo de direcionamento, convalidação e universalização dos valores da cultura hegemônica, da modernidade.

Aos países que não estão envolvidos, direta ou indiretamente, com o terrorismo ou não possuem a proposta de submissão à cultura anglo-saxônica é fundamental manterem-se em alerta quanto ao terror da

guerra e a guerra do terror, porque atingirá aqueles que não querem deixar de ser o que são, ou que querem ficar neutros e preservar sua cultura. Por isso vale lembrar o significado do *Admirável Mundo Novo* de Aldous Huxley e da *Paz Perpétua*, de Kant.

Tudo isso torna-se mais grave quando Bush declara, tal como fez Stalin, que os que não estiverem a favor dos Estados Unidos da América automaticamente estão contra. Isso significa uma forma de coagir os diversos Estados nacionais soberanos que compõem a comunidade internacional, a participar ou respaldar decisões e ações sobre as quais não têm qualquer controle e mesmo interesse.

Foi declarada guerra ao terror. De há muito, as informações e cenas de guerra são censuradas. A notícia é controlada e a informação construída em função dos interesses predominantes.

É estabelecido um processo para demonizar o inimigo, reforçar o maniqueísmo, objetivando consolidar o discurso político no propósito de unir a sociedade para que não poupem suor e lágrimas para enfrentar o conflito, ainda que não saiba o que realmente ocorre.

O Secretário de Defesa dos Estados Unidos, Donald H. Rumsfeld, afirmou que os inimigos estão *empenhados em negar a povos livres a oportunidade de viverem como quiserem*. Quem sabe o terror da guerra negue suas palavras.

Essa guerra empreendida pelos Estados Unidos tendo a Inglaterra como coadjuvante, contra um inimigo indeterminado, conduz ao perigo de igualar-se ao inimigo que quer combater. Nesse tipo de luta contra o terrorismo, o Estado se converte em Estado terrorista. Definindo a guerra nesta dimensão, a diferença entre o inimigo interno e externo deixa de existir.

A onda de violência que assola os países e a maior parte do mundo é consequência da falta generalizada de sentido para a vida que predomina nas mentes e corações dos seres humanos, em especial os mais jovens.

Por essa razão, há uma necessidade urgente de restauração de um pensamento utópico sob pena de não mais haver um sentido para a vida dos indivíduos. Urge reconquistar um sentido para a vida. Para tanto precisamos de uma utopia.

A guerra anti-terror internacional não deve ser uma guerra que justifique um engajamento militar explícito de países que possam usar o tema terrorismo para conduzir uma política interna e externa de seu interesse estratégico nem estimular o envolvimento de outros. É fundamental conhecer as razões que levam os povos à guerra do terror, bem como os reais interesses dos que fazem a guerra para terminar com a guerra do terror.

*Se não houver uma contestação generalizada do irrestrito terror da guerra e da guerra do terror, o mundo será varrido por um nível de violência jamais visto cujas conseqüências serão comprometedoras para a humanidade.*

Como vemos, as atuais transformações na segurança internacional não beneficiam a paz. O que está em questão e não é discutido é a questão da cultura nacional, a identidade nacional. Há mais de dez anos, é discutida nas Universidades e nos centros de estudo nos Estados Unidos, a identidade nacional (cultura). A França procura preservar sua cultura. Nós não nos preocupamos com ela. Quando muito valorizamos as manifestações artísticas de nossa cultura. Talvez, nem venhamos a perceber o que é nem o que significa a cultura para a unidade e o futuro da nação.

A grande transformação a ser realizada na segurança internacional teria início com a preservação e a autonomia das culturas nacionais. A ONU, através do UNESCO<sup>i</sup> já produz algo nesse sentido. Quando as culturas, hoje prisioneiras, sem futuro, tiverem autonomia, talvez possamos ter condições de entendimento e diminuir consideravelmente os conflitos. Quem sabe, que com adequado relacionamento entre fortes, fracos, diferentes culturas, todos os países possam dedicar seu esforço à construção de um mundo melhor, onde a cooperação seria o instrumento para superar a necessidade de vivermos em função do medo, e da segurança de uns que gera insegurança de outros.

Wang Chuanjing em “International Counter-Terrorism Situation and Features” e Xin Wenqing em “The Main Characteristics of Current International Situation and My Preliminary Views”, estudos apresentados em nosso último encontro, em 2004 em Beijing, propõem cinco princípios para uma coexistência pacífica e novo conceito de segurança: “confiança mútua, benefícios mútuos, igualdade, cooperação e coordenação”. A estes, acrescentaria autodeterminação das nações. Entendo que esses cinco, agora seis princípios, seriam a base para construir um novo e promissor ambiente internacional, onde todas as nações teriam as condições para desenvolvimento, segurança e construção da prosperidade. Os mais desenvolvidos e os menos desenvolvidos teriam todos igualdade de direitos e oportunidades para construir seu futuro num ambiente de coexistência pacífica. Com isso, poucos conflitos armados ocorreriam. Não teríamos nem a guerra do terror nem o terror da guerra.

---

<sup>i</sup> A UNESCO, por intermédio da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas da Comunicação, publicou, em 1980, documento intitulado “Muitas Vezes, Um só Mundo”, em que se propôs a chamada Nova Ordem de Informação Mundial.

O “Rapport de la Commission Mondiale de la Culture e du Développement”, relatório da UNESCO, publicado em 1995, apresenta e é prova do grande malefício que é intentado pelos detentores do poder mundial contra a humanidade, em especial, contra as nações periféricas, ainda não totalmente desenvolvidas.

O relatório propõe uma série de medidas que atingem a cultura. Isto é relevante porque a existência da nação como tal, a unidade nacional e a nacionalidade são construídas sobre a cultura do povo. Não devemos nos esquecer de que o indivíduo tem lealdade à sua pátria, ao seu país, à sua nação porque ele, acima de tudo, tem lealdade à sua cultura, que é a cultura de sua nação. Isso porque o indivíduo é, antes de tudo, a sua própria cultura. Por tal razão é que o sistema de controle e dominação procura interferir na cultura nacional, para poder atingir seus objetivos.

Dentre as inúmeras medidas propostas está a criação de um tribunal destinado a tratar das violações dos direitos culturais. O tribunal produziria um código de cultura, que serviria de base para definir violações dos direitos culturais. Algumas questões são importantes e precisam ser explicitadas. A quem interessa a existência de um tribunal com tal proposta de atuação? Quem definiria os princípios, as regras e a legislação a serem seguidos? Os países fracos, sem significativo poder nacional, teriam poder suficiente para fazer valer sua posição? Como é possível julgar qualquer tipo de assunto vinculado à cultura nacional? É possível tratar a questão cultural, que é a essência das nações, em um tribunal? Como é possível falar em direitos culturais? Sendo a cultura a essência de cada grupo social, de cada nação, como seria possível criar uma ética universal acima das éticas culturais, de modo a servir de paradigma para julgá-las?

O relatório procura justificar sua postura ou seu intento, com a criação de uma ética universal. Essa ética deve se sobrepor a todas as éticas culturais e terá o poder decisório sobre o que qualifica, diferencia, caracteriza a essência dos grupos sociais e das nações. O indivíduo seria fortemente afetado naquilo que lhe é mais característico, naquilo que compõe sua essência, já que ele é sua cultura.

Aterrador, entretanto, é que o código internacional de conduta é jurídico. Destina-se a tratar de crimes. Quando é proposta a inclusão de “crimes culturais” no “código de crimes contra a paz”, é criado um código penal cultural como afirma Carvalho (Carvalho, 1997). As nefastas consequências são visíveis a todos. O sistema de controle e dominação adquire assim, “legitimidade” e passa a ter um arcabouço jurídico e existir “legalmente”.

(Publicado em Cadernos de Estudos Estratégicos, Centro de Estudos Estratégicos da Escola Superior de Guerra, nº 02, janeiro de 2006)